

Elera Gestão e Energia S.A.

CNPJ/MF nº 25.318.508/0001-63

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	33.165	15.599	33.636	16.088
Contas a receber de clientes	4	32.884	24.702	32.884	24.702
Contas a receber – Partes relacionadas	16	28.958	105.026	28.958	105.026
Despesas antecipadas		1	–	1	–
Impostos e contribuições a recuperar	5	10.483	9.088	10.504	9.253
Adiantamentos a fornecedores		–	–	2	–
Total do ativo circulante		105.491	154.415	105.985	155.069
Não circulante					
Depósitos judiciais		–	–	80	–
Investimentos	6	16.957	17.046	–	–
Imobilizado	7	–	–	16.498	16.503
Total do ativo não circulante		16.957	17.046	16.578	16.503
Total do ativo		122.448	171.461	122.563	171.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Elera Gestão e Energia S.A. (“BGE” ou “Companhia”), constituída em 12 de abril de 2026, é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objetivo social (i) o exercício das atividades de comercialização de energia elétrica, na condição de agente comercializador, inclusive na modalidade Varejista, nos termos da Resolução da ANEEL, nº 265, de 13 de agosto de 1998, (ii) a comercialização e/ou carregamento de gás natural, nos termos das Resoluções da ANP nº52, de 29 de setembro de 2011, e nº51, de 26 de dezembro de 2013, respectivamente; (iii) a comercialização de créditos de carbono, certificados de energia renovável ou produtos similares; bem como (iv) a participação em outras Companhias como sócia, quotista ou acionista. **1.1. Aprovação das demonstrações financeiras:** As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 24 de abril de 2026. **1.2 Reorganização societária:** Em 20 de dezembro de 2024, foi realizado o aumento de capital na Companhia Elera Gestão e Energia S.A. no montante de R\$17.069, com as ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por seu único acionista Power IV Fundo de Investimentos em Participações da Companhia Duas Lagoas Energética S.A., que por consequência, passa a ser uma subsidiária integral da Elera Gestão e Energia. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos na data da integralização foram avaliados com base em seus respectivos valores contábeis, não sendo necessário realizar ajustes para refletir o valor justo e, da mesma forma, não houve reconhecimento de valores de goodwill relacionados a qualquer saldo na data de referência. Por se tratar de uma reorganização entre entidades sob controle comum, não foram realizados ajustes no tratamento contábil, uma vez que as políticas contábeis adotadas eram e são consistentes entre todas as entidades pertencentes ao referido grupo econômico. O balanço patrimonial consolidado da Duas Lagoas Energética S.A. na data-base da integralização (28/11/2024), é conforme segue:

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	Impostos e contribuições a receber
11	11
Impostos a recuperar	Contas a pagar
76	76
Outros ativos	
1	
Total do ativo circulante	Total do passivo circulante
653	87
Não circulante	Patrimônio líquido
Imobilizado	Capital social
16.503	16.799
	Reservas de lucros
	270
Total do ativo não circulante	Total do patrimônio líquido (Nota 6)
16.503	17.069
Total do ativo	Total do passivo e do patrimônio líquido
17.156	17.156

1.4 Impactos do Pilar Dois: Em 23 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. O Grupo adotou essas emendas. No entanto, a administração não identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **1.5 Continuidade operacional:** A diretoria da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora”, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OCP 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo a diretoria efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo: Nota explicativa 7 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos; Nota explicativa 12 – Receita operacional líquida: Receita não faturada; **2.5. Base de consolidação e investimentos em controladas:** Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas. As datas das demonstrações financeiras das companhias controladas utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Controlada direta

	2025	2024
Duas Lagoas Energética S.A.	100%	100%

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025: O Grupo avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. O Grupo não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade. **OCP 10 – Créditos de Carbono (tCO2e).** Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO): Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCP 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidênciação de créditos de carbono (tCO2e)¹, Permissões de emissão (allowances)² e

créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto:** Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture entrada e, vigor ainda não definida. **CPC 48 e CPC 40 (R1) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros entrada em vigor em 01/01/2026. **CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em 07 de janeiro de 2026, o Comitê de pronunciamentos contábeis emitiu o CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, que substitui equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. O CPC 51 e as alterações nas outras normas são entrarem em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente. A administração iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção. A administração detidamente e não foi identificado impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Grupo e suas controladas. **Alterações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture:** Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva. **IFRS S1 – Divulgações Gerais de Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgação Climática:** Essas normas estabelecem princípios para a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Companhia. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A administração avaliou detidamente e não foram identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Grupo e suas controladas. **2.8. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **3. Caixa e equivalente de caixa –** O Grupo considera que Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo do Grupo. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	1.707	1.570
Aplicações financeiras	31.458	14.029
Total	33.165	15.599

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% e 98% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Remuneração	Controladora	Consolidado
		2025	2024
Banco BTG Pactual S.A. (BKFD)	CDI	–	3.227
Banco Bradesco	CDI	–	91
Banco Itaú S.A.	CDI	2.077	–
Banco Itaú S.A.	CDB	29.381	10.711
Total		31.458	14.029

4. Contas a receber de clientes – Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para o Grupo em valor igual ao registrado. Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) é constituída com base nas perdas esperadas pelo Grupo, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes. O Grupo avaliou seus históricos de recebimentos e identificamos que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Venda de energia elétrica – Não faturado	21.480	–
Venda de energia elétrica – Faturado	244	3.417
Venda de energia – CCEE	10.941	21.285
Outros contas a receber	219	–
Total do contas a receber de clientes	32.884	24.702

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Saldo a vencer	32.379	24.702
Saldo vencido até 30 dias	316	–
Saldo vencido de 31 a 60 dias	3	–
Saldo vencido de 61 a 180 dias	186	–
Total	32.884	24.702

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber. A Diretoria não prevê a substituição de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que a Companhia opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	12	452.024	345.467	452.024	345.467
Custo de geração de energia	13	(441.603)	(344.480)	(441.603)	(344.480)
Lucro bruto		10.421	987	10.421	987
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	13	(61)	(14)	(227)	(51)
Resultado com equivalência patrimonial	6	(89)	(23)	–	–
Outras receitas e despesas operacionais		(795)	(15)	(776)	(15)
		(945)	(52)	(1.003)	(66)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		9.476	935	9.418	921
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	14	2.825	2.178	2.893	2.196
Despesas financeiras	14	(401)	(270)	(409)	(273)
		2.424	1.908	2.484	1.923
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.900	2.843	11.902	2.844
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	15	(2.831)	(662)	(2.833)	(663)
		(2.831)	(662)	(2.833)	(663)
Lucro líquido do exercício		9.069	2.181	9.069	2.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		9.069	2.181	9.069	2.181
Total dos resultados abrangentes do exercício		9.069	2.181	9.069	2.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Lucros		Total do patrimônio líquido	
		social	acumulados		
		2025	2024	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023		49.601	(37.394)	12.207	
Aumento de capital por reorganização societária	1.2	17.069	–	17.069	
Lucro líquido do exercício		–	2.181	2.181	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		66.670	(35.213)	31.457	
Aumento de capital	11	28.000	–	28.000	
Lucro líquido do exercício		–	9.069	9.069	
Saldo em 31 de dezembro de 2025		94.670	(26.144)	68.526	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15	11.900	2.843	11.902	2.843
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Baixa de ativo Imobilizado	7	–	–	5	–
Resultado de equivalência patrimonial	6	89	23	–	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais		(8.182)	(97.523)	(8.182)	(97.523)
Contas a receber de clientes		76.068	–	76.068	–
Contas a receber – Partes relacionadas		(1)	–	(1)	–
Despesas antecipadas		(1.395)	(4.235)	(1.251)	(4.235)
Impostos e contribuições a recuperar		–	–	(80)	–
Depósitos judiciais		–	–	(2)	–
Adiantamentos a fornecedores		–	–	(2)	–
Aumento (redução) nos passivos operacionais		1.850	100.273	1.829	100.296
Contas a pagar e Fornecedores		(89.774)	–	(89.774)	–
Contas a pagar – Partes relacionadas		2.725	1.502	2.727	1.502
Obrigações tributárias		2	3.887	23	3.889
Outras contas a pagar		–	–	–	–
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(3.716)	(4.071)	(3.716)	(4.073)
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas) atividades operacionais		(10.434)	2.699	(10.452)	2.699
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	11	28.000	–	28.000	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		28.000	–	28.000	

Elera Gestão e Energia S.A.

CNPJ/MF nº 25.318.508/0001-63

... continuação

	Participação sobre o capital total		Participação sobre o patrimônio líquido		Prejuízo do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Controlada	100%	100%	16.957	17.046	(89)	(50)	16.957	17.046	(89)	(23)
Duas Lagoas Energética S.A.										
Total			16.957	17.046	(89)	(50)	16.957	17.046	(89)	(23)

Movimentação do investimento em controladas:	Percentual de participação		Saldo em 2024		Equivalência patrimonial		Saldo em 2025	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Controladas	100%	100%	17.046	17.046	(89)	(89)	16.957	16.957
Duas Lagoas Energética S.A.								
Total			17.046	17.046	(89)	(89)	16.957	16.957

Controladas	Percentual de participação		Saldo em 2023		Equivalência patrimonial		Reorganização societária (Nota 1.2)		Saldo em 2024	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Duas Lagoas Energética S.A.	100%	100%	-	-	(23)	(23)	17.069	17.069	17.046	17.046
Total			-	-	(23)	(23)	17.069	17.069	17.046	17.046

Principais informações sobre empresas controladas:	2025				2024			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Duas Lagoas Energética S.A.	17.064	107	16.957	(89)	17.151	105	17.046	(50)

7. Imobilizado – É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. O Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pelo Grupo. Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada. **Método de depreciação:** Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos bens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa, à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens. O Grupo efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

Em curso	2025		2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Bens em andamento	16.498	-	16.498	16.503
Total	16.498	-	16.498	16.503

Em curso	Saldo em 2024		Transfe-rências		Saldo em 2025	
	Adição	Baixas	Adição	Baixas	Adição	Baixas
Bens em andamento	16.503	-	-	(5)	16.498	-
Total	16.503	-	-	(5)	16.498	-

Em curso	Saldo em 2023		Transfe-rências		Saldo em 2024	
	Adição	Baixas	Adição	Baixas	Adição	Baixas
Bens em andamento	-	16.503	-	-	-	16.503
Total	-	16.503	-	-	-	16.503

8. Contas a pagar e Fornecedores – As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	2.303	2.904	2.308	2.930
Compra de energia – Não faturado	2.451	-	2.451	-
Total	4.754	2.904	4.759	2.930

A Companhia e suas controladas não realizaram operações de risco sacado, forfai e factoring durante os exercícios de 2025 e 2024. **9. Obrigações tributárias** – O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

IRPJ/CSLL	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS	511	840	511	840
Retido de terceiros	3	-	15	12
Total	3.346	1.502	3.362	1.518

10. Provisão para demandas judiciais – As provisões existentes no Grupo estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, civis e tributários. A diretoria do Grupo classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **Perda provável:** São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa legal; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. **Perda possível:** São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. **Perda remota:** São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A diretoria do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Grupo, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. O Grupo realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025. Em relação à Controladora e às suas controladas, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem ações judiciais de qualquer natureza, de conhecimento da Administração, classificadas como de perda provável que exijam o reconhecimento de provisões ou divulgação, tampouco ações classificadas como de perda possível, com montante mensurável, que demandem divulgação em nota explicativa. **11. Patrimônio líquido** – Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$94.670 (R\$66.670 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 6.666.889.353 (seis bilhões seiscentos e sessenta e seis milhões oitocentos e oitenta e nove mil trezentos e cinquenta e três) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Em 23 de dezembro de 2025, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada nesta data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$28.000, com a emissão de 2.800.000.000 (dois bilhões) ações, sem valor nominal. Em 20 de dezembro de 2024, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada nesta data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$17.069, com as ações da Companhia com as ações da Duas Lagoas Energética, com a emissão de 1.706.888.353 (um bilhão, setecentos e seis milhões oitocentos e oitenta e o mil e trezentos e cinquenta e três) ações, sem valor nominal. **Reservas de lucros:** Reserva legal: Sobre a reserva legal o estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **Reserva de retenção de lucros:** O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia

devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Dividendos:** O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. **12. Receita operacional líquida** – Reconhecimento da receita: A receita operacional do Grupo é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. **Venda de energia elétrica:** A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. **Receita não faturada:** As controladas da Companhia registram as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas.

	Consolidado	
	2025	2024
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	258.823	169.832
Venda de energia elétrica – partes relacionadas (Nota 16)	217.625	212.102
Resultado com CCEE	25.699	-
Subtotal	502.147	381.934
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(4.049)	(1.352)
PIS	(8.219)	(6.264)
COFINS	(37.855)	(28.851)
Total deduções	(50.122)	(36.467)
Receita operacional líquida	452.024	345.467

13. Custos e despesas por natureza – Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo de geração de energia				
Compra de energia elétrica	(16.150)	-	(16.150)	-
Compra de energia elétrica – partes relacionadas (Nota 16)	(451.217)	(337.567)	(451.217)	(337.567)
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	44.974	-	44.974	-
Royalties ANEEL	(325)	(187)	(325)	(187)
Subtotal	(422.718)	(337.754)	(422.718)	(337.754)
Custo com operação				
Comissão de venda	(365)	-	(365)	-
Viagens	(2)	-	(2)	-
Serviços de terceiros	(30)	(5)	(30)	(5)
Promoção e publicidade	(10)	(15)	(10)	(15)
MRE/CCEE	(18.478)	(6.706)	(18.478)	(6.706)
Subtotal	(18.885)	(6.726)	(18.885)	(6.726)
Total do custo de geração de energia	(441.603)	(344.480)	(441.603)	(344.480)
Despesas administrativas e gerais				
Serviços de terceiros	(61)	(14)	(199)	(47)
Promoção e publicidade	-	-	(28)	(4)
Total das despesas administrativas e gerais	(61)	(14)	(227)	(51)

14. Resultado financeiro – O Grupo reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Receitas com aplicações financeiras	2.804	2.178	2.872	2.196
Receita com juros	21	-	21	-
Total	2.825	2.178	2.893	2.196

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesa financeira				
Tariffas bancárias	(1)	-	(6)	-
Despesas com letras de créditos	(2)	-	(2)	-
Imposto sobre operações financeiras	(258)	(270)	(258)	(273)
Impostos sobre aplicações financeiras	(131)	-	(134)	-
Multa e juros	(9)	-	(9)	-
Total	(401)	(270)	(409)	(273)

15. Imposto de renda e contribuição social corrente – O Grupo apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. As controladas do Grupo apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. A Diretoria avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Corrente				
Imposto de renda	2.075	480	2.077	480
Contribuição social	756	182	756	183
Total com despesas de impostos	2.831	662	2.833	663

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro real, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda e contribuição social	11.900	2.843	11.902	2.844
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas	(4.046)	(967)	(4.047)	(967)
Adições e exclusões:				
Resultado de equivalência	(30)	8	-	-
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	-	-	-	3
Diferencial tributação presumido	-	-	(31)	-
Compensação prejuízo fiscal	1.215	294	1.215	294
Outras	30	3	30	7
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.831)	(662)	(2.833)	(663)
Alíquota efetiva de imposto %	23,79%	23,28%	23,76%	23,31%

16. Transações com partes relacionadas – Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes. As

transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, com exceção a rubrica de empréstimos a receber (Nota 9). Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Ativo

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Contas a receber					
Elera Comercializadora Ltda.	(a)	10.927	38.606	10.927	38.606
Elera Renováveis S.A.	(a)	-	30.458	-	30.458
Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.	(a)	2.128	1.169	2.128	1.169
Central Geradora Eólica Seridó IX S.A.	(a)	-	1.790	-	1.790
Enerplan Energia Eolica III S.A.	(a)	25	-	25	-
Enerplan Energia Eolica IV S.A.	(a)	25	-	25	-
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(a)	-	2.386	-	2.386
Central Geradora Eólica Seridó II S.A.	(a)	-	1.573	-	1.573
Central Geradora Eólica Seridó X S.A.	(a)	-	2.815	-	2.815
Central Geradora Eólica Seridó III S.A.	(a)	-	2.296	-	2.296
Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.	(a)	-	2.588	-	2.588
Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.	(a)	-	2.235	-	2.235
Central Geradora Eólica Seridó XII S.A.</					

Elera Gestão e Energia S.A.

CNPJ/MF nº 25.318.508/0001-63

... continuação

Custo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Irapuru VII Energia	(d)	8.183	-	8.183	-
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.088	1.676	4.088	1.676
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.107	1.666	4.107	1.666
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.041	1.215	4.041	1.215
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.220	2.175	4.220	2.175
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.162	1.618	4.162	1.618
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.136	1.717	4.136	1.717
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.026	2.235	4.026	2.235
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.101	1.447	4.101	1.447
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.198	1.377	4.198	1.377
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(d)	3.870	654	3.870	654
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.700	2.644	4.700	2.644
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(d)	4.760	2.548	4.760	2.548
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(d)	6.088	4.520	6.088	4.520
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(d)	5.679	3.088	5.679	3.088
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(d)	1.416	7.106	1.416	7.106
Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A.	(d)	1.417	7.111	1.417	7.111
Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A.	(d)	1.424	6.741	1.424	6.741
Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A.	(d)	1.422	7.097	1.422	7.097
Santo Afonso Energetica S.A	(d)	3.916	-	3.916	-
Tangara o Energetica S.A	(d)	1.663	-	1.663	-
Outros	(d)	-	821	-	821

Total					
	(Nota 13)	451.217	337.567	451.217	337.567

(a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica; (b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica; (c) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo; (d) Compra de energia de outras empresas do grupo. Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social. **17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco** – **Análise dos instrumentos financeiros:** O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. **Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:** Os ativos financeiros do Grupo são classificados conforme demonstrado abaixo:

	Controlada				
	2025		2024		
	A valor	A valor	A valor	A valor	A valor
Custo justo por amortizado	meio de	meio de	meio de	meio de	meio de
	tizado resultado	Total	tizado resultado	Total	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.707	- 1.707	1.570	-	1.570
Aplicações financeiras	-	31.458	31.458	-	14.029
Contas a receber de clientes	32.884	-32.884	24.702	-	24.702
Contas a receber – Partes relacionadas	28.958	-28.958	105.026	-	105.026
Despesas antecipadas	1	-	1	-	-
Total	63.550	31.458	95.008	131.298	14.029

	Consolidado				
	2025		2024		
	A valor	A valor	A valor	A valor	A valor
Custo justo por amortizado	meio de	meio de	meio de	meio de	meio de
	tizado resultado	Total	tizado resultado	Total	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.764	- 1.764	1.578	-	1.578
Aplicações financeiras	-	31.872	31.872	-	14.510
Contas a receber de clientes	32.884	-32.884	24.702	-	24.702
Contas a receber – Partes relacionadas	28.958	-28.958	105.026	-	105.026
Despesas antecipadas	1	-	1	-	-
Adiantamento a fornecedores	2	-	2	-	-
Depósitos judiciais	80	-	80	-	-
Total	63.689	31.872	95.561	131.306	14.510

	Controladora			
	2025		2024	
	Custo	Custo	Custo	Custo
amortizado	Total	amortizado	Total	
Contas a pagar e Fornecedores	4.754	4.754	2.904	2.904
Contas a pagar – Partes relacionadas	45.344	45.344	135.118	135.118
Outras contas a pagar	478	478	480	480
Total	50.576	50.576	138.502	138.502

	Consolidado			
	2025		2024	
	Custo	Custo	Custo	Custo
amortizado	Total	amortizado	Total	
Contas a pagar e Fornecedores	4.759	4.759	2.930	2.930
Contas a pagar – Partes relacionadas	45.344	45.344	135.118	135.118
Outras contas a pagar	572	572	549	549
Total	50.675	50.675	138.597	138.597

Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. a) No mercado principal para o ativo ou passivo; b) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Companhia; O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. O Grupo classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado. • Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente. • Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. Os instrumentos financeiros do Grupo mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração. **Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. A política do Grupo estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades. Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição. Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio do Grupo são: i) **Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que sujeitam o Grupo a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. O grupo possui caixa e equivalente de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de rating é BB, conforme avaliação da agência S&P. O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado. **Derivativos:** Durante o exercício de 2025 e 2024, a Companhia e suas Controladas não negociaram com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia.

18. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa			
Atividades de investimento (Consolidado)	Notas	2025	2024
Variação do capital social	11	-	17.069
Baixa de contratos de arrendamento	11	-	(17.069)
Variação do arrendamento conforme demonstrações dos fluxos de caixa		-	-

Carlos Gustavo Nogari Andrioli
Diretor – CPF: 861.403.379-68

Ricardo Motoyama de Almeida
Diretor – CPF: 220.287.038-57

Paulo Junior da Silva Feliciano
Contador – CRC-RJ 109.435/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **Elera Gestão e Energia S.A.** Rio de Janeiro-RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elera Gestão e Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP - 034.519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador
CRC SP - 294.991/O

